

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

**61 A arquitetura feminina
invisibilizada de Brasília**

*Apagamento das mulheres em
catálogos arquitetônicos*

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

*A permanência dos “quartos de
empregada” em Brasília*

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

DA COZINHA PARA A RUA A AFIRMAÇÃO DA MULHER COMO ARQUITETA

Luiza Rego Dias Coelho

RESUMO

A trajetória feminina na arquitetura e no urbanismo é marcada por uma série de dificuldades, como as mulheres serem impedidas de estudar e exercer a profissão e não receberem o devido reconhecimento, além dos poucos registros dessa trajetória. A limitação de registros da contribuição da arquiteta acaba por ajudar a manter o tema desconhecido e pouco debatido para a maioria das pessoas. O trabalho inicia com as primeiras inquietações femininas e pela busca dessas mulheres por novas áreas de atuação além da casa. Em seguida, são apresentados dois inícios cruciais para a existência da mulher arquiteta: o acesso ao ensino e a inserção no mercado de trabalho. Nesse momento, é possível apresentar não só uma visão regional sobre o ensino e o mercado de trabalho, mas também apontar e comparar o que acontecia em outros países. Por último, é apresentando o outro problema da questão de gênero na arquitetura, agora que a mulher já está inserida nesse meio: o reconhecimento. Ao analisar, na literatura disponível, os acontecimentos que possibilitaram o acesso da mulher ao estudo da arquitetura e posteriormente às áreas de trabalho, é possível perceber que isso ocorre graças ao esforço feminino, mas também com o trabalho em conjunto entre homem e mulher para mudar a situação. A falta de conhecimento e debate entre arquitetas e arquitetos sobre a questão de gênero na arquitetura prejudica e retarda a mudança de cenário para que haja uma real equidade entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

mulheres; profissão; arquitetura; historiografia.

INTRODUÇÃO

Mulheres são como fantasmas na arquitetura moderna: presentes em todos os lugares, cruciais, mas estranhamente invisíveis¹.

No Brasil, o **Coletivo Arquitetas Invisíveis** nasce a partir de questionamentos acerca da posição da mulher na arquitetura e no urbanismo e da constatação de que a maioria dos profissionais apresentados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, e em várias outras faculdades, são homens. O Coletivo busca aumentar o repertório dos estudantes e profissionais de arquitetura, o reconhecimento das arquitetas e promover o debate sobre arquitetura e gênero, já que no país esse tema é pouco abordado, mesmo 61%² dos profissionais de arquitetura sendo mulheres.

Com o envolvimento com o **Coletivo Arquitetas Invisíveis**, nos demos conta de que nossas referências de arquitetura e urbanismo eram extremamente influenciadas pela formação acadêmica, sobretudo pelas pouquíssimas referências femininas, arquitetas e urbanistas, nos anos de estudos. Com o Coletivo, foi possível entender que havia uma forma de minimizar o problema da falta de referências de profissionais femininas, mas que também havia uma história a ser contada: a da mulher na arquitetura.

Ao tentar contar essa história, deparamos com algumas limitações. A primeira era em relação ao conteúdo disponível, a participação feminina de forma histórica é algo pouco abordado. A segunda, em relação à origem do conteúdo. No Brasil, por exemplo, quase não há informações antes da metade do século XX. A forma encontrada para contornar essas limitações foi desenvolvendo um texto histórico, baseado cronologicamente na bibliografia disponível. Um aspecto a ressaltar em relação a bibliografia é que toda ela é de autoria feminina, são momentos da história da mulher contados por ela.

O texto inicia com as primeiras inquietações femininas, representadas aqui pelas mulheres estadunidenses e pela busca dessas mulheres por novas áreas de atuação para além da casa. Em seguida, são apresentados dois inícios cruciais para a existência da mulher arquiteta: o acesso ao ensino e a inserção no mercado de trabalho. Nesse momento, é possível apresentar não só uma visão regional sobre o ensino e o mercado de trabalho, mas

1. Ensaio do catálogo de 2010 do Museu de Arte Moderna: *Morden Women*, escrito por Beatriz Colomina, historiadora especializada em história da arquitetura.

2. Fonte dos Dados: Censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de 2012.

também apontar e comparar o que acontecia em outros países. Por último, é apresentado o outro problema da questão de gênero na arquitetura, agora que a mulher já está inserida nesse meio: o reconhecimento. Uma questão extremamente atual e que nos últimos dois séculos pouco se avançou.

Por fim, o trabalho aponta os principais desafios para a igualdade de gênero na arquitetura e no urbanismo e sugere algumas formas para alcançá-la.

1. MULHER TRANSITÓRIA

A industrialização do meio rural estadunidense e o aumento da urbanização durante o final do século XVIII e até meados do século XIX alteraram a organização social estabelecida nos Estados Unidos da América. Ou seja, mais pessoas estavam indo viver nas cidades, mudando, assim, o balanço social, econômico e político de até então. Antes, a propriedade rural definia a organização básica da vida doméstica e econômica das famílias locais, mas a passagem para a cidade passou a alterar drasticamente essa organização.

Desse modo, homens e mulheres tinham papéis e responsabilidades claramente definidos, segundo Doris Cole³: o homem era o provedor, o protetor e o legislador, enquanto a mulher era a preservadora, a professora e o modelo ideal da sociedade. A autora ainda afirma que a mulher era tida como a mantenedora e preservadora da cultura. Esse papel de preservar a cultura pode ser entendido com uma função atribuída e assumida pelas mulheres estadunidenses a fim de garantir o bem-estar físico e cultural, tanto de sua família quanto da comunidade na qual ela estava inserida. Essa forma de se inserir na sociedade influenciou as escolhas das áreas de atuação feminina na recém-formada sociedade urbana industrial.

As obrigações domésticas iam além das de mãe, esposa e responsável pela qualidade do lar e da preservação dos círculos de relações sociais. Tais círculos, geralmente, estavam vinculados às comunidades, à igreja, a grupos de costura e a trabalhos voluntários. Assim, criou-se um percurso “natural” que levava a mulher para as áreas de enfermagem e serviço social. A atuação feminina nessas áreas estava sendo cada vez mais aceita

3. Doris Cole.
**From tipi to the
Skyscraper: a
history of women
in Architecture.**

pela sociedade, especialmente para mulheres que possuíam necessidades financeiras.

Em 1885, Kate Gannet Well⁴ escreveu o artigo “Mulheres Transitórias”, em que descreve o estado de inquietação dessas mulheres que buscavam outras atividades além da doméstica. Segundo Wells, a mulher transitória do século XIX era tomada por inquietações, buscava por um propósito, por algo além das aspirações socialmente aceitas. Essas mulheres não estavam satisfeitas com as funções domésticas, que pareciam cada vez mais sem sentido, sem influência e irritantes, em vista das suas inquietações. Desse modo, a mulher transitória busca formas de ser valorizada, de formar opinião e, principalmente, de expandir seus campos de atuação além da cozinha.

A arquitetura era uma das áreas de interesse da mulher transitória, mais ainda havia muita resistência para a sua entrada. O interesse por arquitetura, como explica Cole (1973), era reforçado pelo dever creditado pela sociedade a essa mulher, visto que as mulheres tinham a obrigação de garantir à sua família o melhor ambiente para se viver. Isso quer dizer que era de responsabilidade feminina buscar soluções que melhorassem e otimizassem a qualidade de vida de suas famílias.

O ambiente doméstico carecia de soluções práticas para uma série de problemas arquitetônicos. As mulheres que buscavam solucionar os problemas arquitetônicos cotidianos, primeiramente de sua casa e aos poucos de suas comunidades, passaram a se dar conta de como a arquitetura podia ser parte da solução de vários problemas sociais derivados de um ambiente físico inadequado, embora a sociedade da época não considerasse essas soluções como arquitetura.

Mesmo assim, elas começaram a ter reconhecimento pelas soluções práticas dadas aos problemas de suas casas e comunidades, como sendo habilidades de um arquiteto. A capacidade de solucionar problemas arquitetônicos estava diretamente relacionada com conexão da mulher e seus lares. Tanto as mulheres ricas quanto as pobres tinham que trabalhar com as condições de ambientes, muitas vezes inadequadas, na tentativa de criar um lar confortável para sua família e o desenvolvimento de uma sociedade adequada.

Outro fator relevante para o papel feminino na busca de soluções para problemas técnicos e práticos da casa era a visão

4. Kate Gannet Wells é filantropa, escritora estadunidense e incentivadora do acesso da mulher à educação e à profissão.

que os arquitetos profissionais faziam de si próprios, e que não incluía tais soluções. Segundo Cole, mesmo que os arquitetos profissionais se envolvessem em problemas técnicos e práticos relacionados aos projetos de seus edifícios, eles se viam como artistas. Artistas que criavam edifícios ao invés de pinturas e esculturas, e que consideravam interesses utilitaristas e práticos, vulgares, e que não deveriam interferir nas prerrogativas do *design* puro do projeto.

Era esse envolvimento íntimo da mulher com o planejamento, com a economia e a utilização eficiente de sistemas de aquecimento, ventilação e estrutura de uma edificação que faltava na arquitetura civil dos EUA. Mas além dos fatores já mencionados, que excluíam a mulher desse meio, havia outro obstáculo que as impediam de entrar profissionalmente na arquitetura: a organização do mundo dos negócios.

O mundo dos negócios era, e ainda é, um campo de ocupação majoritariamente masculino, considerado impróprio para as mulheres. Áreas como ensino, enfermagem e serviço social não eram consideradas e nem vinculadas aos negócios, portanto, eram locais de trabalho feminino socialmente aceitáveis. Já a arquitetura é tanto um negócio quanto uma arte. Um arquiteto precisava de clientes, e os ideais eram os que vinham de setores industriais, políticos e financeiros, que podiam arcar com os custos do projeto e execução da obra. Nesses setores, as mulheres tinham pouquíssima ou nenhuma influência e credibilidade.

Ainda havia as limitações legais femininas que as impediam de votar, de assumir cargos públicos e até mesmo de assinarem contratos perante a lei. Todos esses fatores criavam um cenário quase impossível para o desenvolvimento formal arquitetônico feminino. Como efeito disso, é negado à mulher estadunidense assumir posições relevantes na sociedade fora de suas próprias casas. Além de serem impedidas de construir uma carreira profissional na arquitetura, também foi restringido o seu acesso à educação formal.

A Lei *Morril Land-Grant*, de 1862, que foi responsável por regulamentar o ensino superior do país, afirmava, na teoria, que o acesso à universidade era universal. Mas a teoria era diferente da prática, pois poucas mulheres recebiam diplomas de arquitetura no século XIX e a maioria teve que esperar aproximadamente 40 anos para começar a ter oportunidade de estudar arquitetura.

Ainda assim, elas não eram bem-vindas ou encorajadas no meio acadêmico e profissional. Era uma constante luta para serem admitidas:

Bertha Yerex Whitman ainda se lembra das ácidas palavras do reitor de Arquitetura da Universidade de Michigan quando ela, em 1914, solicitou estudar arquitetura. Ele declarou sem rodeios que “nós não queremos você, mas já que a universidade é mista e de propriedade do Estado, nós teremos que te aceitar se você insistir”. Essa era a atitude da época, as mulheres eram vistas como intrusas, não só no mundo dos negócios, mas também nos escritórios de admissão das universidades⁵.

2. A CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A regulamentação do ensino superior nos Estados Unidos da América pela Lei *Land-Grant* possibilitou a oficialização das universidades locais, como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), em 1868; a Universidade de Cornell e a Universidade de Illinois, em 1871, entre outras. Como apontado anteriormente, a regulamentação do ensino superior também garantia o acesso universal à educação em relação ao gênero. Mas a atitude no final dos anos de 1800 para com a mulher era de que ela era uma intrusa nos diversos campos de dominação masculina, e a universidade era um desses campos.

Mantendo a tradição das tutorias, ainda no século XIX, nos Estados Unidos da América, havia duas formas de estudar e ensinar arquitetura. Uma delas envolvia contratar um tutor particular ou fazer estágio em escritórios de arquitetura. A outra, era conseguindo entrar em uma das Escolas de Arquitetura recém-estabelecidas. Para as mulheres, as duas opções eram de difícil acesso e exigiam muita insistência da parte delas para alcançá-las.

As poucas mulheres que conseguiam entrar na Escola de Arquitetura tinham outro desafio, além do curso em si, que era o de conseguir receber o diploma. Mary L. Page foi a primeira mulher a receber um diploma de arquitetura na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, no ano de 1880. Somente outras duas universidades locais — a Universidade de Cornell e a Universidade de Syracuse — concederam alguns poucos diplomas para mulheres no século XIX.

5. “Bertha Yerex Whitman still remembers the biting words of the Dean of Architecture at the University of Michigan when, as a young woman in 1914, she asked to study architecture. He bluntly stated that “we don’t want you, but since the school is coeducational and state owned, we have to take you if you insist. This was the attitude of the times; women were looked upon as intruders, not only on the business ladder but in the admission offices of universities as well” (COLE, 1973, p. 54).

3. A ESCOLA DE CAMBRIDGE

6. Henry Atherton Frost era, em 1915, instrutor de desenhos arquitetônicos da Escola de Arquitetura de Harvard.

7. James Strurgis Pray foi diretor e professor da Escola de Paisagismo de Harvard.

8. “I had [...] decided that tutoring the Tuscan orders on a teetering card table in a lady’s parlor produced a certain sense of unreality [...], and I had told my student that if she wished to continue, it must be at a solid drafting table in my office where I could drop in every day [...]. If I had expected this would end it all, and there is no proof that such was my motive, I sadly misjudged the modern young woman of that day”. Trecho original de Henry Atherton Frost, manuscrito da autobiografia — não publicada, 1943, p. 6.

9. Bremer Pond, arquiteto, paisagista e sócio de Henry Frost.

No final de 1915, Henry Frost⁶ recebeu de James Pray⁷ o pedido para lecionar desenho arquitetônico a uma “jovem moça”, já que não era a ela permitido estudar em Harvard. Frost aceitou o pedido de Pray e começou a ensinar desenho arquitetônico para a jovem moça. As aulas aconteciam duas vezes por semana na casa da moça e ocorreram de outubro a dezembro de 1915. Após algumas aulas, ficou claro para Frost a inadequação do espaço disponível, na casa de sua aluna, para o ensino de história da arquitetura e de desenho arquitetônico. Dessa forma, Frost resolveu propor continuar com as aulas em seu escritório:

Eu havia decidido que lecionar as ordens de Tuscan em uma mesa de jogos na sala de uma senhora dava uma certa sensação de irrealidade [...], e eu havia falado para a minha estudante que se ela quisesse continuar os estudos, as aulas deveriam passar para uma mesa apropriada de desenho em meu escritório [...]. Se eu tinha esperanças de que isso acabaria com tudo, e não há nenhuma prova de que essa não foi a minha intenção, eu, infelizmente, havia julgado mal a mulher moderna de hoje⁸.

Assim, não só a jovem moça aceitou com entusiasmo a mudança do local das aulas, como também havia mais outras cinco mulheres requisitando aulas. Com o consentimento e ajuda de seu sócio Bremer Pond⁹, eles decidem dar aulas para as seis mulheres.

Essas seis mulheres eram o mais longe que ele, Frost, chegaria para que o funcionamento do escritório não fosse prejudicado pelas aulas. Alguns amigos mais espirituosos de Frost e Pond se referiam às alunas e às aulas como a “creche de Frost e Pond”, enquanto as próprias alunas se referiam à situação como “a pequena escola”. Tanto Frost quanto Pond se recusavam a aceitar o que para as mulheres já estava claro, que ali havia uma escola de arquitetura. Assim, começou a Escola de Arquitetura e Paisagismo de Cambridge, a primeira e única escola de arquitetura para mulheres dos EUA.

Os fundadores da Escola de Cambridge, a princípio, não compreendiam a real importância da escola para a inserção da mulher no meio acadêmico da arquitetura. Tampouco

compreendiam a vontade feminina de adquirir esse e outros tantos direitos. Em sua autobiografia, Frost comenta como admirava aquelas mulheres, que lutavam pelo acesso à educação superior e pelo direito ao voto.

Apesar da fundação da Escola de Cambridge ser um grande passo para o acesso das mulheres à educação, o primeiro currículo da escola era voltado e baseado na convicção de que as habilidades femininas para arquitetura se limitavam à esfera doméstica. O objetivo de Frost e Pond era ensinar arquitetura doméstica para suas alunas, mas não era esse o objetivo de suas alunas.

Essas mulheres estavam em busca de aprender tudo que elas podiam, e logo expandiram os limites da esfera doméstica. Essas seis primeiras mulheres e muitas outras que vieram depois redefiniram a arquitetura doméstica, incluíram escolas, hospitais, pavilhões, clubes e até mesmo o planejamento de vilas inteiras. Além de expandir a arquitetura doméstica, o currículo da escola passou a contar com a interdisciplinaridade entre o ensino da arquitetura e o do paisagismo, que na época eram ensinados como cursos distintos.

A estabilidade da Escola de Cambridge se deve principalmente ao fato de que o ensino dado lá às mulheres não ocorria de forma passiva ou como uma profissão intelectual, mas como garantia de que elas poderiam praticar suas profissões após a conclusão do curso. Dessa forma, a escola priorizava as mulheres que estavam interessadas na prática profissional. Por esses diversos fatores, a Escola de Cambridge atraía alunas não só dos diversos estados, mas também de diversos países, como Inglaterra, França, Canadá e México.

A Escola de Arquitetura e Paisagismo de Cambridge foi fundada como escola em 1916 e teve suas atividades encerradas em 1942. Em seus mais de 25 anos de funcionamento, passaram mais de 400 mulheres pela instituição. Em seu auge, 83% das mulheres formadas estavam exercendo ativamente a profissão e desse total, 60% eram casadas. Ao finalizar as atividades da Escola de Cambridge, as alunas que ainda não haviam concluído o curso foram transferidas para a Escola de Arquitetura de Harvard, que, com isso, se tornou uma instituição mista. A Escola de Cambridge foi um pequeno acontecimento de um movimento maior em que

as mulheres começaram a exigir direitos educacionais iguais ao de seus irmãos (COLE, 1973).

4. BAUHAUS

Concomitante à Escola de Cambridge, na Alemanha, foi fundada a Bauhaus (1919–1933), que ainda hoje é tida como um dos mais significantes modelos de ensino de arquitetura, artes e *design* do século XX. Diversos profissionais e produtos desenvolvidos na Bauhaus ainda são referências em distintos campos, como o arquiteto Walter Gropius, seu fundador, e no *design* temos a cadeira Brno, de Lilly Reich e Mies Van Der Rohe.

10. Ana Gabriela Godinho Lima é professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Segundo Ana Gabriela Godinho Lima¹⁰ em seu trabalho “Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista”, Gropius tinha o objetivo de construir o “homem moderno”, criando uma nova identidade para o cidadão, em que tanto a educação quanto a arquitetura possuíam um papel relevante. Assim, a Bauhaus se tornou um meio para implementação desse projeto.

A princípio, o ensino na Bauhaus era misto e igualitário tanto para homens quanto para mulheres, essa era a ideia que foi reforçada por Gropius em seu primeiro discurso para os estudantes da escola. Mas, na prática, assim como ocorria nos EUA, o acesso da mulher para a educação era dificultado, e, quando permitido, elas eram destinadas a ocupar posições secundárias.

A presença e a quantidade de estudantes mulheres incomodavam a Gropius, que sugeriu, em 1920, ao Conselho de Mestres da Bauhaus, que houvesse uma seleção mais “rigorosa desde o princípio, particularmente no caso do sexo feminino”.

A maioria das mulheres que conseguia vencer as barreiras de entrada acabava sendo excluída do estudo da arquitetura e sendo direcionada para áreas mais “femininas”, como a tecelagem. Além disso, tinha seu trabalho considerado muito “feminino” ou “artesanal”, dessa forma, a imagem criada pelos membros da Bauhaus de arquiteto foi feita a partir de um cenário majoritariamente masculino.

Essa imagem estabelecida pela escola desconsiderava a contribuição feminina como contribuição significativa apesar de todas as adversidades e dificuldades enfrentadas:

A fase conclusiva da discriminação e desvalorização da identidade feminina como profissionais e participantes do processo de criação e produção da Bauhaus está no banimento ou diminuição de seus nomes e seus trabalhos dos catálogos e livros produzidos sobre a escola¹¹.

5. NO BRASIL

Apesar da existência de um curso de arquitetura, o estabelecimento de novas escolas de arquitetura no Brasil foi demorado, já que pouco se construiu no país até o final da primeira República. O número limitado e quase inexistente de escolas de arquitetura provocou o atraso da inserção masculina na profissão e, conseqüentemente, adiou também o acesso das mulheres em alguns anos. Mesmo com as dificuldades impostas às mulheres, pode-se entender que em nenhum momento houve uma restrição explícita ao ingresso destas nas escolas de arquitetura brasileiras.

Apesar do conhecimento em relação aos primeiros cursos brasileiros, informações relacionadas ao gênero e à participação feminina são praticamente inexistentes. Os primeiros dados disponíveis relativos ao gênero na arquitetura brasileira são provenientes da regulamentação profissional de 1933, que constituía-se no número de profissionais mulheres registradas, sem informação das suas escolas de origem. Assim, a maioria das informações nacionais sobre gênero no ensino da arquitetura são provenientes de escolas mais recentes, como da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul (FAU-UFRGS) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

Entre 1952 e 2009, na FAU-USP, formaram-se 5.368 profissionais, sendo 2.805 homens e 2.563 mulheres¹². É possível constatar que 47,74% dos profissionais formados pela escola, até 2009, foram mulheres. Ao analisar as informações de forma mais detalhada, ainda é possível identificar que os números de mulheres formadas pela FAU-USP apresentam um percentual de aumento, quase que constante, chegando a ultrapassar o número de homens em 1985.

11. LIMA, Ana Gabriela Godinho Lima. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX**. Altamira, São Paulo, 2012.

12. Fonte dos dados SÁ (2010).

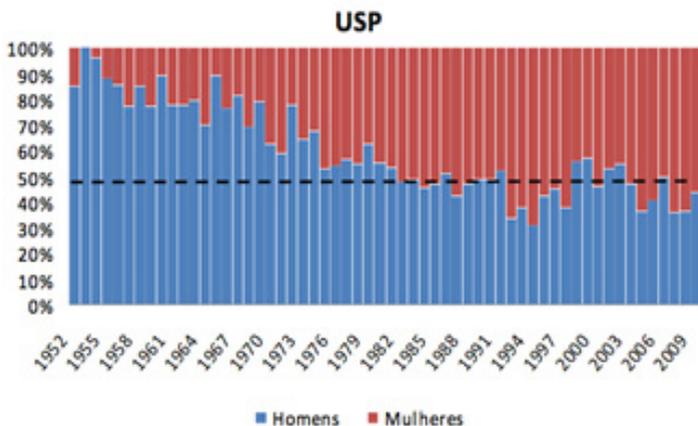


Figura 1

Gráfico da formação de profissionais na FAU-USP.

Fonte: Salvatori, 2008.

Assim como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a FAU-UFRGS foi fundada em 1952, e em seus primeiros 50 anos de existência formou 2.670 arquitetos, sendo 1.425 homens e 1.245 mulheres¹³. Ou seja, 46,6% dos profissionais formados pela FA-UFRGS foram mulheres. Embora de forma geral a quantidade de mulheres formadas seja inferior a de homens, analisando de forma mais detalhada o gráfico a seguir, verifica-se, assim como na USP, um aumento gradativo das mulheres egressas, chegando a ultrapassar o número de homens em 1976.

13. Fonte dos dados Salvatori (2008).

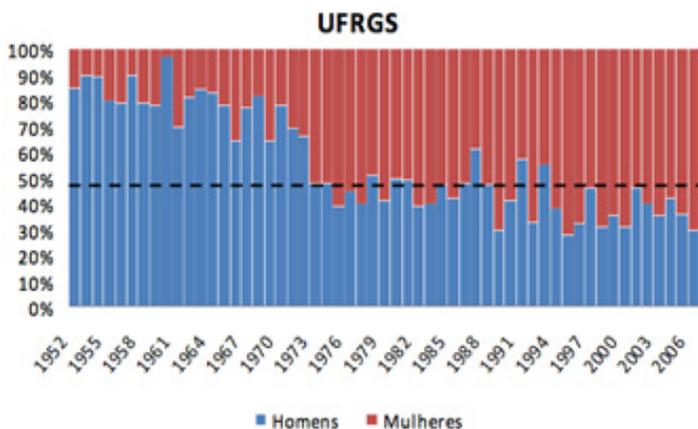


Figura 2

Gráfico da formação de profissionais na FAU-UFRGS.

Fonte: Salvatori, 2008.

A FAU-UnB formou, de 1967 a 2013, 2.546 arquitetos. Desse, 1.150 homens e 1.396 mulheres, ou seja, 54,83% dos profissionais formados foram mulheres. Nos primeiros anos da FAU-UnB, a quantidade de homens era maior que a de mulheres, só havendo inversão a partir de 1977, mesmo tendo de forma percentual geral formado mais arquitetas que arquitetos.

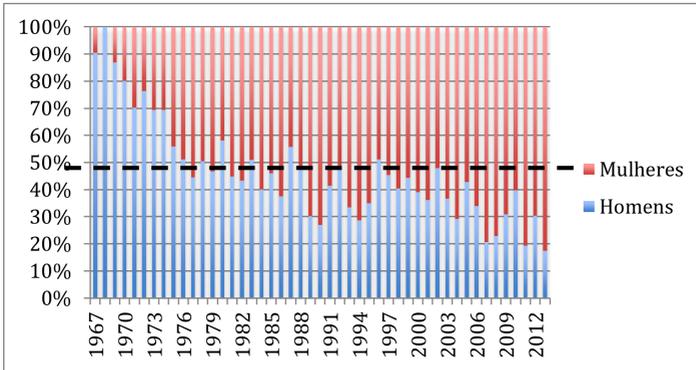


Figura 3

Gráfico da formação de profissionais na FAU-UnB.

Fonte: FAU-UnB.

Como se pode observar por meio dos dados das três escolas de arquitetura, durante as décadas de 1970 e 1980, havia uma equiparação entre o número de homens e mulheres formados, de forma geral, e a crescente participação feminina a partir de então.

Para Flavia Sá (2010), o aumento da partição feminina, tanto acadêmica quanto no meio profissional, pode ser explicada pela desaceleração econômica do período, o que dificultava a absorção dos recém-formados no mercado de trabalho. Isso provocou um abandono do campo pelos homens, que buscavam profissões mais seguras, abrindo espaço para as mulheres optarem pela carreira na arquitetura.

6. OS PRIMEIROS TRABALHOS

Como foi dito anteriormente, a inserção profissional das mulheres no campo da arquitetura nos EUA e na Europa ocorreu no final do século XIX, com a inquietação feminina de saída do lar. Esse processo se deu de forma lenta e gradual, sendo a maioria dos trabalhos referentes à arquitetura doméstica. A grande atuação e a tão defendida aptidão feminina para o doméstico não garantiam

o direito da mulher arquiteta de projetar mesmo nessa área, salvo algumas exceções.

Esse cenário, que deixava a arquiteta à margem de sua profissão, só começou a se modificar de forma mais perceptiva em circunstâncias extraordinárias, ou seja, na Primeira Guerra Mundial, na Grande Depressão Americana e na Segunda Guerra Mundial. Durante os anos de guerras, as profissões dominadas por homens sofreram com a falta de profissionais masculinos disponíveis, pois estes estavam no serviço militar. Nos anos de depressão, a arquitetura era tida como uma profissão instável, o que também provocou a migração dos arquitetos para outras áreas mais estáveis da economia.

As vagas de trabalho disponíveis, até então ocupadas por arquitetos, ficavam a cargo das arquitetas, que aceitavam a instabilidade da área e remunerações menores comparada com a dos homens e ainda faziam mais horas de trabalho. Foi por causa da Primeira Guerra Mundial que mais arquitetas tiveram a oportunidade de mostrar que sua capacidade de trabalho era igual à dos arquitetos, ao ocupar e executar suas antigas funções. Com o final da guerra e a volta dos homens do serviço militar, a maioria das arquitetas foram convidadas a deixarem seus empregos para que os homens pudessem assumir seus antigos postos.

Os cenários Europeu e Estadunidense se alteraram um pouco durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Agora, não só os arquitetos americanos estavam deixando seus trabalhos a serviço da guerra, como os grandes arquitetos europeus estavam deixando a Europa para estabelecerem seus escritórios nos EUA, como foi o caso de Walter Gropius, que ao chegar aos Estados Unidos fundou o escritório de arquitetura *The Architects Collaborative*, juntamente com mais quatro sócios, sendo duas arquitetas formadas pela Escola de Cambridge, Sarah Pillsbury e Jean Bodman Fletecher.

Outra mudança social no cenário local era que as mulheres não queriam ter de escolher entre o casamento e a vida profissional. No século XIX, era impensável para a mulher casada trabalhar fora de casa. Depois, no século XX, a mulher não queria só ter um trabalho, mas um marido também. Dessa forma, a solução encontrada por muitas para ter os dois era de se casar com seus colegas arquitetos, principalmente as arquitetas da Escola de Cambridge, pela proximidade e contato com os arquitetos de Harvard. Para Cole, o casamento com colegas de profissão

garantia que o marido entendesse e simpatizasse com as dificuldades da arquitetura e as condições de trabalho. Sendo também, uma “solução” para a questão de espaço no escritório, visto que possibilitava a coparticipação no escritório e tornava mais fácil a organização da vida doméstica da família. A autora aponta que esse tipo de casamento só funcionava quando o marido concordava que a arquitetura era um domínio compartilhado entre ambos, homens e mulheres.

Além do casamento como um relacionamento amoroso, havia as parcerias profissionais, extremamente comuns na Europa e nos EUA. As parcerias possibilitavam que os projetos de coautoria das arquitetas fossem executados e levados a sério, o que aumentava a área de atuação extrapolando o doméstico. Muitas das parcerias que aconteceram durante o século XX tendiam a subjugar a participação feminina quando não excluía totalmente sua autoria dos livros, revistas e catálogos especializados. A necessidade de um figura masculina legitimar o trabalho das mulheres acabou deixando diversas arquitetas à sombra de seus parceiros por quase toda uma vida, como é o caso de Eillen Gray com Le Corbuseir e de Lilly Reich com Mies Van Der Rohe.

7. NO BRASIL

Diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, a arquitetura brasileira ainda não estava firmada como profissão no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Durante os primeiros anos da nova República, a indústria da construção do país pouco se modificou e pouco produziu, causando uma certa demora na constituição de institutos de ensino de arquitetura, e, por consequência, da consolidação da profissão.

A primeira regulamentação profissional brasileira aconteceu no ano de 1933, no Rio de Janeiro, com o CREA-RJ¹⁴. Nesse ano, havia 2.037 profissionais filiados ao órgão, sendo 2.023 homens e 14 mulheres, ou seja, menos de 0,7%¹⁵ dos profissionais eram mulheres. No ano de 1959, o percentual de mulheres filiadas no CREA-RJ subiu dos inexpressivos 0,7% para os, também baixos, 2%. Já no ano de 1970, o percentual subiu para 31%. Segundo Flávia Sá, esse fenômeno se dá pela participação tardia da mulher brasileira no mercado de trabalho, que data do fim dos anos de 1960 e início dos 1970.

14. Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, regulamenta e fiscaliza as áreas de engenharia, agronomia, geologia, geografia e, até 2012, arquitetura.

15. Fonte dos dados Sá (2010).

As dificuldades enfrentadas pelas arquitetas brasileiras e suas conquistas foram pouquíssimo documentadas, de forma que a maioria das informações disponíveis sobre a mulher na arquitetura são os dados em relação ao gênero dos profissionais inscritos nos conselhos regionais.

Uma forma de avaliar a representatividade das arquitetas no Brasil é o levantamento feito por Flávia Sá, nas revistas *AU* e *Projeto e Design*, da quantidade de projetos de autoria feminina reproduzidos nessas revistas. No levantamento, feito nas edições de 1991 a 2001, foram encontrados 405 projetos de edificações de autoria femininas. Destes, 20% foram elaborados somente por arquitetas, 7% por equipes de projetos constituídas unicamente por mulheres, 12% por equipes com membros de ambos os sexos e 61% por duplas, de homens e mulheres. Essa maioria absoluta dos projetos feitos por casais confirma o que já acontecia e acontece nos Estados Unidos e na Europa: a necessidade de um arquiteto para validar e qualificar o trabalho feminino.

8. E O RECONHECIMENTO?

Na maior parte da metade século XX a maioria das mulheres interessadas em arquitetura estavam mais preocupadas em encontrar uma forma de se inserirem no meio, tanto acadêmica quanto profissionalmente. Assim, várias dessas mulheres aceitavam condições de trabalho instáveis e também a falta de reconhecimento. O problema de gênero na arquitetura estava deixando de ser somente a ausência da mulher na área e vindo a ser também a marginalização da arquiteta.

Segundo da editora do livro *Architect: Reconstructing Her Practice*, Francesca Hughes¹⁶, durante o século XX, nos Estados Unidos, poucas mulheres tiveram coragem de afirmar sua feminilidade na arquitetura, por medo de que isso prejudicasse suas carreiras e suas oportunidades. Várias dessas mulheres rejeitavam o rótulo de “*woman architect*”¹⁷, além da sua feminilidade, na busca de que o seu talento e habilidade fossem considerados de forma igualitária, independentemente de gênero. As arquitetas que conseguiram alcançar posições de prestígio e ter acesso aos fóruns de debate de arquitetura só conseguiam alcançar esses postos com a aprovação de seus colegas homens, como exceções que poderiam ser consideradas “homens honorários”.

16. Francesca Hughes é arquiteta, foi professora na Escola Barlett de Arquitetura em Londres e é autora de diversos livros sobre arquitetura.

17. O termo *woman architect* se refere à arquiteta. *Architect* na língua inglesa se refere ao profissional de arquitetura, sem a identificação de gênero masculino e feminino.

O aumento do número de arquitetas formadas nos Estados Unidos durante a década de 1960 e 1970 levou à criação de diversas organizações de classes voltadas às mulheres arquitetas, que buscavam melhorar a representatividade e o reconhecimento feminino. Em conjunto com o estabelecimento das instituições de classe de arquitetas ocorria o fortalecimento de diversos movimentos sociais, principalmente o feminismo. O movimento feminista promoveu diversos debates sobre a mulher na arquitetura, o que incentivou um maior número de arquitetas nos EUA a buscarem reconhecimento e melhores oportunidades sem terem que necessariamente renunciar ao feminino.

O crescimento da busca feminina pelo reconhecimento começou a dar mostras de transformações na sociedade americana. A partir do ano de 1980, as mulheres passaram a ser consideradas nas premiações da área, os números de estudantes mulheres e homens nas universidades começaram a ser semelhantes, chegando, em alguns lugares, o número de mulheres ser maior que o de homens. Em 1985, o Instituto Americano de Arquitetos (AIA, na sigla em inglês), criou um banco de dados internacional de mulheres na arquitetura (o IAWA, também na sigla original), com o objetivo de documentar e preservar documentos e estudos históricos do envolvimento das mulheres na arquitetura e urbanismo. Em 1988, o AIA desenvolveu a primeira exposição sobre a contribuição participação da mulher na arquitetura, a “*The Expectational One*” — *Women in American Architecture 1888–1988*, apresentando a trajetória de diversas arquitetas e questionando o lugar da mulher na arquitetura.

Apesar de todos os avanços em relação ao acesso à educação e dos debates sobre o reconhecimento e valorização trabalho da arquiteta, a representatividade e o reconhecimento ainda é, em vários países, uma questão com poucos avanços. As últimas pesquisas feitas em 2013–2014 pelo *Architect Journal* nos Estados Unidos e na Europa mostram que mais de 55% das mulheres acreditam que há mais oportunidades na arquitetura para arquitetos do que para arquitetas, e menos de 20% dos escritórios de arquitetura são liderados por mulheres. Essa dificuldade de acesso das mulheres a posições influentes e altos cargos na arquitetura, e assim como a omissão de diversas coautorias significativas no século XX, acaba criando um cenário em que a maioria dos arquitetos estudados nas universidades são homens, colaborando com o pouco reconhecimento do trabalho feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória feminina na arquitetura e no urbanismo é marcada por uma série de dificuldades, como serem impedidas de estudar e exercer a profissão e não receberem o devido reconhecimento, além dos poucos registros dessa trajetória. A limitação de registros da contribuição da arquiteta acaba por ajudar a manter o tema desconhecido e pouco debatido para a maioria das pessoas.

Ao analisar, na literatura disponível, os acontecimentos que possibilitaram o acesso da mulher ao estudo da arquitetura e posteriormente as áreas de trabalho, é possível perceber que isso ocorre graças ao esforço feminino, mas também com o trabalho em conjunto entre homem e mulher para mudar a situação. A falta de conhecimento e debate entre arquitetas e arquitetos sobre a questão de gênero na arquitetura prejudica e retarda a mudança de cenário para que haja uma real equidade entre homens e mulheres.

Portanto, para que os avanços na igualdade na profissão continuem, é importante que o debate permaneça sendo promovido, juntamente com o aumento do recolhimento da produção feminina, assim como o conhecimento acerca da história da mulher na arquitetura.

REFERÊNCIAS

ABEA — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Informações gerais**. [s.d.]. Disponível em: www.abea-arq.org.br/?class=Textos&method=onListar&tipo=InformacoeszsGerais. Acesso em: 12 ago. 2022.

AIA — American Institute of Architects. [s.d.]. Disponível em: www.aia.org/index.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARCHDAILY. Disponível em: www.archdaily.com.br. Acesso em: 12 ago. 2022.

AWA — ASSOCIATION FOR WOMEN IN ARCHITECTURE. [s.d.]. Disponível em: www.awa-la.org. Acesso em: 12 ago. 2022.

COLE, Doris. **From tipi to skyscraper: a history of women in architecture**. Boston: s/c, 1973.

CREA-RJ — CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: www.crea-rj.org.br. Acesso em: 12 ago. 2022.

HUGHES, Francesca. **The Architect: Reconstructing Her Practice**. MIT Press, 1998.

LIMA, Ana Gabriela Godinho Lima. **Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004.

_____. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX**. Altamira, São Paulo, 2012.

SÁ, Flávia Carvalho. **Profissão: Arquiteta** — Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (mestrado), 2010.

SALVATORI, Elena. **De arquitetura e gênero no Rio Grande do Sul**. Conselho em Revista — CREA-RS, Porto Alegre, p. 27, 31 jul. 2009.

MEC — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: emec.mec.gov.br. Acesso em: 12 ago. 2022.

THE AMERICAN ARCHITECTURAL FOUNDATION. “That Exceptional One” — Women. *In: American Architecture 1888–1988*, The American Architectural Foundation, 1988.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPARG - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvilela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

scls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

